

Antes de entregar a Exposição de Motivos ao Ministro o Governador Augusto Franco destacou o integral apoio do Presidente João Baptista Figueiredo à execução das diretrizes do Ministério da Indústria e do Comércio, citando, como exemplo, as recentes medidas em favor do carro a álcool.

O Ministro Camilo Penna assegurou a sua concordância e integral apoio, atendendo às reivindicações formuladas pelo Governador, reafirmando que a próxima unidade de barrilha a ser implantada no Brasil será em Sergipe, acrescentando que essa fábrica já deveria ter sido implantada.

Os bons resultados e excelentes perspectivas decorrentes da visita do Ministro Camilo Penna, levaram-me à tribuna para este pronunciamento, a fim de felicitá-lo pela solene promessa que então formulou, quando, inclusive, acentou as poderosas razões de interesse nacional que justificam as mais rápidas construções da Fábrica de Barrilha de Sergipe — uma das metas prioritárias do eminente Governador Augusto Franco que, várias vezes, em épocas diferentes, examinei desta tribuna, na defesa dos interesses de Sergipe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, para uma comunicação.

**O SR. LUIZ VIANA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É para mim, sempre, motivo de satisfação ter a oportunidade de exaltar ao documento que me parece de interesse público. Na minha recente estada na Bahia, tive ocasião de tomar conhecimento de documento da mais alta importância, que foi a publicação feita pelo Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela sobre a vida política do País e que se intitula "A Educação Política — Subsídios da Arquidiocese de São Salvador da Bahia". Numa época em que tem sido injustamente discutida a posição da Igreja, nós vemos um documento da tranquilidade, do equilíbrio e da elevação do que acaba de ser publicado pelo Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela constitui motivo de alegria para todos nós e, sobretudo, para os católicos baianos.

Aliás, a Bahia tem tido a sorte de ver alçado ao seu cardinalato três figuras da maior expressão na Igreja Católica: Dom Augusto, Dom Eugênio e agora Dom Avelar. São três bispos que enaltecem a nossa Igreja.

Para que se tenha uma idéia das linhas gerais desse documento, que peço que seja anexado ao meu discurso, eu leria alguns tópicos finais. Depois de examinar a situação política no País, diz Sua Eminência:

— Deste modo, a boa educação política nos leva a considerar, entre outras cousas, a natureza dos regimes, as limitações que podem conviver com os mesmos, bem como a natureza e a legitimidade das aspirações nacionais a que eles servem.

E acrescenta:

— Os regimes capitalistas, quando o lucro se faz obsessão das empresas estatais e particulares, e o homem é visto como instrumento de fabricar dinheiro para os outros, em detrimento do bem coletivo, tornam-se pecuniosos e ofensivos à glória de Deus. Por outro lado, nos regimes comunistas, quando as burocracias estatais se consolidam e se fazem rotina, a participação do operário inexistente e a dignidade da pessoa humana fica gravemente afetada, independentemente da filosofia materialista que os caracteriza.

E conclui Sua Eminência:

— A história possui um enorme dinamismo. Acreditamos numa convivência humana mais digna, mais equânime e mais solidária.

Acreditamos no poder transformador das idéias e das convicções. A democracia que desejamos é fruto de consciências esclarecidas. Não esqueçamos que o tempo destrói tudo o que fizermos sem o seu concurso. Somos um povo jovem, capaz de construir uma sociedade democrática, que respeite os valores cristãos de sua tradição cultural. Este é o sentido da educação política da Igreja.

Ora, Sr. Presidente, acredito que os Srs. Senadores, como está acontecendo com os baianos e como, certamente, acontece com todos os brasileiros, recebem esse documento e meditarão sobre ele, já que é um trabalho de alta significação política nos dias conturbados que vivemos.

Solicito, Sr. Presidente, que seja integrado o documento às considerações que acabo de fazer. (*Muito bem!*)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUIZ VIANA EM SEU DISCURSO:**

#### APRESENTAÇÃO

Aqui estão algumas diretrizes para o trabalho pastoral que se relaciona com a Educação Política, em nossa Arquidiocese.

Trata-se de um texto que dever ser lido e meditado.

Nas paróquias, nas organizações religiosas, nos movimentos cristãos pode ser adaptado à linguagem popular, conforme o nível intelectual dos grupos participantes.

Espero que todos os Partidos Políticos possam compreender o sentido de nossas intenções, nesta hora de transição por que passa a Nação Brasileira.

Que o Divino Espírito Santo nos ilumine a todos para que sejam benéficos os conceitos, sugestões e reflexões deste opúsculo.

Salvador, 8 de fevereiro de 1982. — + Avelar, Cardeal de Brandão Vilela, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Primaz do Brasil.

## EDUCAÇÃO POLÍTICA

(Subsídios)

### Arquidiocese de São Salvador da Bahia

1 — A educação é um dos elementos estruturais da vida organizada de um povo. Faz a comunidade crescer em valores inatos que se desenvolvem e em riquezas morais e culturais que se adquirem. No conceito global de educação, encontramos, entre outros, os seguintes elementos: educação religiosa, educação moral, educação social, educação cívica e educação política. Se a educação religiosa nos põe em contato com Deus, com a nossa consciência e com nossos irmãos, é claro que ela se refelete em todos os outros aspectos da vida humana. Assim, descobrimos a lei moral plantada no fundo do coração, o caráter comunitário das relações humanas, o dever sagrado de servir à Pátria e o compromisso imperioso de construir a cidade terrestre.

2 — A educação religiosa faz parte da missão essencial da Igreja. No exercício dessa missão, a Igreja ocupa-se de assuntos diretamente religiosos, tais como se encontram na Revelação. Assim, anuncia a Boa Nova do Evangelho, promove a participação na vida sacramental e incentiva os homens a conduzirem sua vida segundo os mandamentos da lei de Deus. Ainda em cumprimento de sua missão religiosa, a Igreja ocupa-se de assuntos não diretamente religiosos, mas seculares ou temporais, buscando ver sua conexão com os desígnios de Deus e sua ordenação com o Reino. Tais assuntos não são considerados pela Igreja em seus aspectos científicos ou técnicos, mas nos seus aspectos salvíficos e éticos, isto é, à luz dos desígnios divinos de salvação e à luz dos valores morais. Quando se fala da visão pastoral dos problemas humanos, entende-se o exercício da função religiosa da Igreja, que consiste em remeter para Deus e para os critérios da consciência a atenção dos homens. Onde e sempre que estiverem em jogo as finalidades da existência humana e seus valores fundamentais, aí e então deve atuar a Igreja, em função religiosa e com sua visão pastoral. Deste modo, nada do que é humano é estranho à Igreja. Ao tratar de política, "não quer politizar o Evangelho, mas evangelizar a política", olhando-a à luz dos desígnios divinos de salvação e à luz dos valores éticos.

3 — A educação política leva a consciência humana e tomar conhecimento de tudo o que se relaciona com o processo de promoção do bem-estar das pessoas, grupos e instituições e da comunidade inteira. Do ponto de vista moral, na educação política, "entre os valores éticos que estão em jogo, neste momento, preocupam de modo especial a responsabilidade pastoral da Igreja os valores da liberdade e da justiça, da verdade e da honestidade e, fundamentalmente, o valor da participação..." (Reflexão cristã sobre a conjuntura política. 3).

4 — A educação política se exerce através do compromisso político. Nem todas as pessoas se sentem atraídas pelos partidos políticos, mas todas as pessoas devem interessar-se pela Política, isto é, pelo bem comum. O mau exercício da política, da parte de tantos que a praticam sem vocação e sem critério, desmerece o sentido grave e elevado da participação e da luta pela organização adequada da sociedade.

5 — O voto é a arma e o instrumento de luta nas mãos do povo para a conservação ou a transformação dos governos e dos regimes, pela via democrática. Por este caminho a vontade popular, bem esclarecida, pode operar uma verdadeira revolução nas idéias, nos métodos políticos, nos programas de ação, a curto e a longo prazos. No entanto, o voto deixou de ser, para muitos, a expressão da consciência cívica, vigilante e exigente, para ser um ato de obrigação inconsequente ou oportunidade para o comércio do voto. Os chamados "currais eleitorais" são ainda uma história triste e, por vezes, deprimente.

6 — O outro processo — o da revolução armada — é perigoso e ambíguo, porque aceita ou promove a violência e semeia também, inevitavelmente, as injustiças.

7 — Assim, antes de mais nada, definimo-nos pela Democracia política, econômica e social. Nossa opção pela democracia justifica-se pela opção cristã, reafirmada em Puebla, em torno dos valores da comunhão e da partici-